Santos, 29 de setembro de 2026.

Ata da Plenária Ordinária de 29 de setembro de 2026, terça-feira, às 18h30, na sede do SINDEDIF, sito à Rua Júlio Conceição nº 238 – Vila Matias – Santos/SP

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, foi realizada a Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santos – CMSS. A mesa foi composta pelo Sr. Silas da Silva, Vice-Presidente do CMSS; Sra. Paula Covas Borges Calipo, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. André Luiz de França Souza, 1º Secretário do CMSS, para secretariar os trabalhos e Sra. Sandra Regina Cordeiro de Lima, responsável pela lavratura da presente Ata. O Sr. Silas da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santos - CMSS, deu início à Plenária cumprimentando e agradecendo a presença de todos os participantes, registrando a existência de quórum suficiente para o início dos trabalhos. Informou que o Sr. José Ivo dos Santos, Presidente do CMSS, não pôde comparecer por questões particulares, justificando sua ausência. Informou, ainda, que as atas das Plenárias são encaminhadas por e-mail somente aos Conselheiros Municipais de Saúde, mas que os demais participantes da Plenária podem retirar uma cópia na mesa de entrada do local. Informou também que aqueles que desejarem fazer ressalvas em suas falas constantes da Ata da Plenária anterior poderão entregar o documento na mesa da Plenária, para que a respectiva ressalva seja registrada. Por fim, solicitou a todos que mantivessem o respeito durante o andamento da Plenária. Na sequência, solicitou ao Sr. André Luiz que realizasse a leitura da pauta para conhecimento de todos. Após a leitura, deu-se prosseguimento aos trabalhos, conforme a ordem estabelecida na pauta. **Item 1 da Pauta - Leitura, apreciação e aprovação da Ata da Plenária Ordinária anterior:** submetida à votação, a Ata da Plenária Ordinária de Agosto de 2026 foi aprovada. **Item 2 da Pauta - Processo nº 049508/2026-19 – Assunto: Anualização das Metas do PAS 2027:** o Sr. André Luiz convidou a Sra. Carolina Ozawa, da Secretaria Municipal de Saúde, para prestar os esclarecimentos acerca do processo. Após os esclarecimentos, o Sr. Silas da Silva submeteu o processo à votação, sendo aprovado pelos Conselheiros presentes. **Item 3 da Pauta - Processo nº 029569/2026-51 – Assunto: Termo de Fomento/ Emenda Parlamentar nº 1464 – Interessado: Associação dos Portadores de Deficiência Mental – NAPNE:** a Sra. Renata, psicóloga e Coordenadora Técnica do NAPNE, realizou apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela associação e os objetivos dos recursos provenientes das emendas parlamentares. Encerrada a apresentação, o processo foi submetido à votação, sendo aprovado pelos Conselheiros presentes. **Item 4 da Pauta - Processo nº 023011/2026-25 – Assunto: Termo de Fomento/ Emendas Parlamentares nº 06, 19, 74, 223, 295, 560, 735, 772, 929, 968, 1171 e 1477 – Interessado: Associação Equoterapia:** a Sra. Taís Mayumi, coordenadora e fisioterapeuta, realizou apresentação sobre o trabalho desenvolvido pela associação e os objetivos dos recursos provenientes das emendas parlamentares. Encerrada a apresentação, o processo foi submetido à apreciação do Plenário, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. **Item 5 da Pauta - Processo nº 032677/2026-00 – Assunto: Termo de Fomento/ Emendas Parlamentares nº 659 e 1075 – Interessado: Centro de Convivência**

Esperança e Vida – CCEV: a Sra. Paula realizou apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela entidade. Encerrada a apresentação, o processo foi submetido à apreciação do Plenário e aprovado pelos Conselheiros presentes. **Item 6 da Pauta - Processo nº 019585/2026-81 – Assunto: Termo de Fomento/ Emenda Parlamentar nº 1080 – Interessado: Associação Bem Estar na Comunidade – ABEC:** a psicóloga Sra. Carolina Beltrão realizou apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela associação e os objetivos dos recursos provenientes das emendas parlamentares. Encerrada a apresentação, o processo foi submetido à votação e aprovado pelos conselheiros presentes. **Item 7 da Pauta - Informes das Comissões do CMSS:** O Sr. Silas da Silva, representando a Comissão de Políticas de Saúde, prestou esclarecimentos a respeito dos processos relacionados às Emendas Parlamentares. Informou que membros da Comissão de Políticas de Saúde esteve no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Unidade Regional de Santos, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os procedimentos adequados a serem adotados na análise dos processos, de modo a evitar prejuízos às entidades. Relatou, ainda, que, durante a visita ao Tribunal de Contas, apresentou ao Conselheiro que os atendeu, um parecer não favorável emitido pela Comissão em relação a determinada entidade. Segundo informou, o Conselheiro parabenizou a Comissão pelo trabalho realizado e afirmou que o procedimento adotado e a redação e justificativas do parecer não favorável estava correto, destacando que essa atuação constitui o exercício do controle social. Na ocasião, o Conselheiro também informou que o CNAE principal da entidade deve estar relacionado ao código 86, referente às atividades de saúde. O Sr. Silas questionou o Conselheiro sobre a hipótese de o Conselho Municipal de Saúde recomendar a não aprovação de determinado processo de Emenda Parlamentar destinado a uma entidade e, ainda assim, a Secretaria Municipal de Saúde efetuar o repasse dos recursos. Segundo relatou, o Conselheiro informou que, nessa situação, o Prefeito e o Secretário Municipal de Saúde seriam responsabilizados. O Sr. Silas relatou, também, que membros da Comissão de Políticas de Saúde participaram de curso de formação promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ocasião em que receberam as mesmas orientações relacionadas à análise dos processos. Ressaltou que o trabalho desenvolvido pela Comissão é realizado com seriedade e responsabilidade e que, quando uma entidade tem parecer não favorável, não há intenção de prejudicá-la, mas, sim, de observar a legislação e os critérios estabelecidos, especialmente quando a entidade não atende aos requisitos ou não desenvolve serviços ou ações de saúde. Em seguida, o Sr. Silas prestou outro informe da Comissão, comunicando que será realizada, no dia 13 de novembro de 2026, das 10h às 16h, em frente à Policlínica da Penha, a 17ª Ação Cidadania em Defesa do SUS e a 2ª Ação Cidadania de Saúde da População Negra, com diversas atividades e ações de promoção e prevenção à saúde. **Item 8 da Pauta - Informes da Secretaria Municipal de Saúde:** a Sra. Catiana fez a leitura dos informes do mês de setembro, a seguir: 31/08 a 03/09 – Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate as Endemias sobre El Niño e mudanças climáticas. Objetivo: capacitar os profissionais sobre os impactos do El Niño e das mudanças climáticas na saúde. 01/09 – Mamografia. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores (CHE). Objetivo: ampliar o acesso à realização de exames de mamografia. 07/09 – Vacinação no

feriado. Local: Policlínica Nova Cintra. Objetivo: ampliar o acesso à vacinação durante o feriado. 10/09 – Fórum Setembro Verde. Local: Universidade São Judas Tadeu. Objetivo: promover capacitação e debate sobre doação e transplante de órgãos e tecidos. 11 e 12/09 – Mamografia. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores (CHE). Objetivo: ampliar o acesso à realização de exames de mamografia. 15/09 – Inauguração do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Local: Zona Noroeste. Objetivo: ampliar e qualificar o acesso aos serviços de especialidades odontológicas. 15/09 – Roda de conversa sobre direitos e cidadania – Setembro Amarelo. Local: SERP – Seção de Reabilitação Psicossocial. Objetivo: promover diálogo sobre direitos, cidadania e valorização da vida. 15/09 – Capacitação da equipe de Doação de Órgãos e Tecidos. Local: Cubatão. Objetivo: capacitar profissionais para atuação no processo de doação de órgãos e tecidos. 15/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Unisanta. Objetivo: sensibilizar sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. 16/09 – Orientação sobre fluxo de córneas. Local: UPA Zona Leste. Objetivo: orientar a equipe sobre identificação, comunicação e encaminhamento de potenciais doadores de córneas. 17/09 – Práticas integrativas para a saúde mental. Local: SERP – Seção de Reabilitação Psicossocial. Objetivo: promover ações de cuidado e atenção à saúde mental. 17/09 – Grupo dos Homens – violência e suicídio. Local: CAPS ZNO. Objetivo: promover diálogo sobre violência, suicídio e saúde mental. 17/09 – Roda de conversa. Local: Jardim Botânico. Objetivo: promover diálogo relacionado à saúde mental e valorização da vida. 17/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores. Objetivo: sensibilizar funcionários sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. 18/09 – Passeio e roda de conversa sobre valorização da vida. Local: Orquidário. Objetivo: promover convivência, diálogo e valorização da vida. 18/09 – Caminhada Setembro Amarelo. Local: saída da SERP – Seção de Reabilitação Psicossocial. Objetivo: promover a valorização da vida e a conscientização sobre saúde mental. 18/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores. Objetivo: sensibilizar funcionários sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. 18/09 – Mamografia. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores (CHE). Objetivo: ampliar o acesso à realização de exames de mamografia. 19/09 – Mamografia. Local: Complexo Hospitalar dos Estivadores (CHE). Objetivo: ampliar o acesso à realização de exames de mamografia. 19/09 – Campanha de Multivacinação. Local: Confort Hotel. Objetivo: ampliar a cobertura vacinal e atualizar a situação vacinal da população. 21/09 – Simpósio de Segurança do Paciente. Local: Unisantos. Objetivo: promover conhecimento e discussão sobre segurança do paciente. 21/09 – Plantio de árvore – Setembro Amarelo. Local: CAPS Orquidário. Objetivo: promover a valorização da vida e a integração. 22/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Unisanta. Objetivo: conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da doação e estimular o diálogo sobre a manifestação da vontade de ser doador. 23/09 – Terapias integrativas no Grupo de Famílias. Local: CAPS Praia. Objetivo: promover cuidado e atenção à saúde mental. 23/09 – Ação de saúde e sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Autoridade Portuária de Santos. Objetivo: promover educação e sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. 23/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Unisanta.

Objetivo: sensibilizar sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. 24/09 – Festa da Primavera – Primavera da Vida / Setembro Amarelo. Local: CAPS Vila. Objetivo: promover a valorização da vida e ações de convivência em saúde mental. 24/09 – Ação de saúde e sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Autoridade Portuária de Santos. Objetivo: promover educação e sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. 25/09 – Atividades alusivas ao Dia Nacional dos Surdos. Local: Centro de Referência de Saúde Auditiva. Objetivo: promover integração, expressão, inclusão e valorização dos usuários. 25/09 – Sarau com show de talentos – Setembro Amarelo. Local: CAPS Centro. Objetivo: promover convivência e valorização da vida. 25/09 – Sessão de cinema – Setembro Amarelo. Local: CAPS Orquidário. Objetivo: promover reflexão e valorização da vida. 25/09 – Roda de conversa, karaokê e café especial – Setembro Amarelo. Local: CAPS Praia. Objetivo: promover convivência, diálogo e valorização da vida. 25/09 – Pintura do muro. Local: Complexo Hospitalar da Zona Noroeste. Objetivo: promover a revitalização e valorização do espaço. 26/09 – Vacinação extramuros. Local: Associação Atlética Banco do Brasil. Objetivo: ampliar o acesso da população à vacinação. 26/09 – Feira de Saúde. Local: Unisanta. Objetivo: promover ações de saúde e prevenção junto à comunidade. 26/09 – Caminhada Setembro Verde. Local: saída da Praça do Aquário. Objetivo: mobilizar a população em favor da doação de órgãos e tecidos e estimular o diálogo sobre o tema. 28/09 – Palestra de sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Casa da Mulher. Objetivo: promover sensibilização sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. 29/09 – Sensibilização sobre doação de órgãos e tecidos. Local: Ambulatório de Especialidades Nelson Teixeira. Objetivo: promover sensibilização sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. **Item 9 da Pauta - Informes do Conselho Municipal de Saúde:** o Sr. Silas da Silva informou que a Comissão de Políticas de Saúde analisou o processo nº 034909/2026-56, referente ao Termo de Fomento – Emenda Parlamentar nº 154/2026, tendo como interessado o Instituto Faconti. Informou, ainda, que a Comissão realizou visita técnica ao local e após análise dos autos e das informações obtidas durante a diligência emitiu Parecer Não Favorável. Na sequência, convidou o Sr. André Luiz para proceder à leitura, na íntegra, do referido Parecer Não Favorável, o qual consta como **ANEXO I** desta Ata. Na sequência, o Sr. Silas da Silva reforçou que somente os Conselheiros Municipais de Saúde recebem, por e-mail, cópia da Ata da Plenária anterior. Esclareceu, ainda, que os demais participantes da Plenária podem retirar uma cópia do documento na mesa de entrada do local e que aqueles que desejarem apresentar ressalvas quanto às suas falas constantes da Ata da Plenária anterior poderão entregar o documento na mesa da Plenária. **Item 10 da Pauta - Assuntos Gerais:** o Sr. Silas da Silva passou a palavra ao 1º Secretário do Conselho, Sr. André Luiz, para organizar a ordem das manifestações dos interessados em fazer uso da palavra. O Sr. André Luiz solicitou aos presentes que respeitassem o tempo estabelecido de até 2 (dois) minutos para cada manifestação. A primeira manifestação foi realizada pelo Sr. Jeová. Com a palavra, o Sr. Jeová abordou as atribuições e deveres das três esferas que compõem o Conselho de Saúde: usuários, trabalhadores da saúde e gestores e enalteceu o trabalho realizado pelo SECAPT – Seção de Captação e Transporte de Órgãos e Tecidos. Em seguida, a Sra. Dalva, Conselheira Local da Policlínica do Campo Grande,

relatou que a falta de técnicos de enfermagem na unidade ainda não foi solucionada, bem como a ausência de funcionário administrativo para a recepção. Informou, ainda, a falta de computadores e de bebedouro na unidade, ressaltando que a questão da falta de bebedouro vem sendo solicitada há aproximadamente dois anos e permanece sem solução. Destacou que, atualmente, não há água disponível para os usuários beberem. O Sr. Jeffer informou ser o novo Conselheiro Municipal de Saúde indicado pela Associação de Combate aos Poluentes – ACPO, em substituição à Sra. Aurélia, e entregou à mesa da Plenária o documento referente à nova indicação. Em seguida, abordou a questão da eliminação do uso de amálgamas dentárias contendo mercúrio, afirmando que o Brasil assumiu o compromisso de eliminar esse uso até o ano de 2030. Solicitou, ainda, o apoio da Secretária Adjunta, Sra. Paula Covas, colocando-se à disposição para contribuir para que Santos seja a primeira cidade do Brasil a implementar um programa de eliminação gradativa do uso de mercúrio até 2030. Por fim, solicitou à Diretoria Executiva do Conselho que as entidades que participarem das Conferências Livres no próximo ano tenham a oportunidade de pleitear uma cadeira de conselheiro no Conselho Municipal de Saúde, bem como de apoiar a realização dessas Conferências Livres. A Sra. Paula Pertence relatou que profissionais da enfermagem estariam desempenhando atividades na cozinha do CAPS da Zona Noroeste e que novos residentes terapêuticos estariam realizando serviços de limpeza, em razão da ausência de funcionários destinados a essa função na unidade. Informou, ainda, que situação semelhante estaria ocorrendo no CAPS Vila e no CAPS Centro, afirmando que os profissionais de enfermagem estariam exercendo tais atividades por receio da Coordenação. A Sra. Paula Pertence informou, também, que teria encaminhado denúncia envolvendo a Diretora do Departamento de Saúde Mental ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público, manifestando a expectativa de que a Administração Pública adotasse as providências cabíveis. Ressaltou que profissionais de enfermagem não devem exercer atividades de cozinha ou de limpeza, por não serem atribuições inerentes às suas funções. Na sequência, questionou a aprovação, pelo Conselho, de recursos financeiros destinados a comunidades terapêuticas e mencionou a existência de CAPS que, segundo seu relato, não possuiriam alvarás da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros. Por fim, manifestou sua indignação com a situação, afirmando considerar a situação uma vergonha e relatando que os participantes estariam sendo censurados em um espaço que pertence à comunidade. Em seguida, o Sr. Cícero, Conselheiro Local da Policlínica da Vila Gilda, relatou a falta de materiais para a realização de curativos nas unidades de saúde e solicitou à Sra. Paula Covas um posicionamento a respeito da situação. Relatou, ainda, que vem acompanhando as emendas parlamentares destinadas à área da saúde na Zona Noroeste e mencionou que a emenda parlamentar destinada à APEMBS foi aprovada pelo Conselho, porém, a entidade não teria recebido o recurso porque o vereador que destinou a verba a suspendeu, e que ao procurar a assessoria do vereador não teve respostas. Diante disso, solicitou ao Conselho esclarecimentos acerca da situação e das providências adotadas em relação à referida emenda parlamentar. Já o Sr. Cleomildo, Conselheiro Municipal de Saúde e Conselheiro Local da Policlínica do Caruara, solicitou atenção da Secretaria Municipal de Saúde para as demandas de

saúde da Área Continental de Santos, que envolve as comunidades do Caruara, Monte Cabrão e Vale do Quilombo. Ressaltou a necessidade de maior atenção às demandas apresentadas pelos moradores dessas localidades e destacou que o Vale do Quilombo necessita, com urgência, da implantação de um posto de saúde para atender à população da região. O Sr. Alessandro relatou a falta de psiquiatra no CAPS da Zona Noroeste. O Sr. Michel relatou ser paciente do CAPS da Zona Noroeste há seis anos e afirmou que, a cada ano, ocorre mudança na chefia da unidade, sem que as demandas apresentadas sejam solucionadas. Diante disso, manifestou a necessidade de os pacientes se reunirem para buscar um diálogo com o Prefeito Rogério Santos. Relatou, ainda, que frequentemente ouve que a saúde mental de Santos é considerada um exemplo, porém afirmou discordar dessa avaliação, destacando que os usuários estão presentes para reivindicar melhorias na saúde mental do município. Em seguida, a Sra. Solange relatou a situação de sua irmã, Rosana, que apresenta problemas de saúde mental. Solicitou ajuda e apoio para encontrar uma solução para a situação da irmã, informando que ela não dispõe de um local adequado para ficar, uma vez que, quando permanece em sua residência, acaba ficando sozinha durante a maior parte do tempo, circunstância que contribui para a ocorrência de surtos. Agradeceu o atendimento prestado pelo CAPS da Zona Noroeste, destacando o trabalho das funcionárias Andreia e Fabiana, e reforçou seu pedido de apoio para que sua irmã receba a assistência necessária e tenha acesso a um local adequado para permanecer. A Sra. Francis, Presidente da Associação dos Portadores de Esclerose Múltipla da Baixada Santista - APEMBS, questionou como uma verba parlamentar no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil), destinada à entidade e aprovada pelos Conselheiros Municipais de Saúde em Plenária, pôde ser suspensa pelo vereador após essa aprovação. Manifestou sua indignação e questionou como a entidade e as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ficariam sem atendimento diante dessa situação. Relatou que algumas crianças chegaram à clínica sem falar e que, com o tratamento oferecido, apresentaram avanços significativos. Informou, ainda, que, por falta de recursos financeiros, foi obrigada a fechar as portas da clínica, situação que lhe causou muita tristeza. Acrescentou que precisou recorrer a empréstimos pessoais e a familiares para manter a entidade, mas que não tem mais condições de continuar arcando com essas despesas, pois também possui compromissos financeiros pessoais. Reforçou que as crianças com TEA necessitam de continuidade no tratamento e que essa situação não deveria ocorrer. Pede ajuda para conseguir reabrir as portas da associação. Na sequência, a Sra. Gabriele também se manifestou a respeito da situação da entidade APEMBS. Em seguida, a Sra. Ingrid, mãe atípica de Arthur, de 4 anos, relatou que seu filho realiza tratamento na APEMBS e pediu apoio para que a entidade possa reabrir suas portas. Informou que Arthur recebeu o diagnóstico com 1 ano de idade e foi encaminhado ao CREN, mas que, até o momento, ainda não foi chamado para atendimento. Mencionou que mais de duas mil crianças aguardam na fila de espera. Destacou que, graças à APEMBS, seu filho teve acesso ao tratamento e apresentou grandes avanços em seu desenvolvimento. Informou, ainda, que Arthur possui TEA com nível 2 de suporte e ressaltou sua preocupação com a interrupção do tratamento, pois está ocasionando regressão no desenvolvimento, assim como vem ocorrendo com as demais

crianças atendidas pela entidade. Relatou que as mães estão desesperadas com a situação e, por fim, implorou por apoio para que a APEMBS possa reabrir suas portas e retomar os atendimentos. Em seguida, a Sra. Ana Fonseca relatou ser autista e ter transtorno de ansiedade generalizada e depressão. Informou que teve uma crise durante a Plenária do mês anterior e que, desde o início do ano, vem solicitando atendimento psicoterapêutico. Relatou, ainda, ter sido ameaçada dentro do CAPS da Zona Noroeste pelo servidor Fagner Coelho Romano. A Sra. Ana afirmou que os CAPS devem oferecer atendimento psicoterapêutico individual e em grupo aos pacientes que dele necessitam, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. Relatou que, em determinada ocasião, durante uma assembleia, uma funcionária, na presença da chefe Mariana Rocha, teria afirmado que a Administração orientava os funcionários a informar que o CAPS não oferecia psicoterapia. Segundo a Sra. Ana, ela possui uma gravação desse relato. Acrescentou que, dois dias depois, ao comparecer ao CAPS da Zona Noroeste, encontrou avisos afixados nas paredes informando que não havia atendimento psicoterapêutico na unidade, questionando a ausência desse serviço. Relatou que, posteriormente, os avisos foram retirados das paredes, após a informação de que a situação seria denunciada ao Conselho Nacional de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde. Por fim, reivindicou seu direito ao atendimento psicoterapêutico e solicitou atenção para a situação relatada. Na sequência, a Sra. Jéssica convidou a todos para participarem da palestra intitulada "Movimento que estimula, música que transforma: corpo, mente e qualidade de vida na esclerose múltipla", com a atividade especial *Workshop de Forró*, promovida pela ALSAPEM – Associação do Litoral Santista de Amigos e Portadores de Esclerose Múltipla. Informou que o evento será realizado no dia 8 de outubro, às 19h, no mesmo local da Plenária. Em seguida, o Sr. Silas da Silva, Vice-Presidente do CMSS, em resposta ao questionamento do Sr. Cícero, informou que este havia encaminhado um e-mail ao Conselho sobre a suspensão da emenda parlamentar destinada à APEMBS. Posteriormente, o Conselho enviou Ofício à Secretaria Municipal de Saúde para manifestação. Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde informou que a suspensão da emenda não seria de responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, e sim do próprio vereador. O Sr. Silas manifestou sua discordância em relação a esse posicionamento, ressaltando que os recursos públicos não pertencem ao vereador, mas à população. Informou, ainda, que representantes do Conselho estiveram pessoalmente no Tribunal de Contas, onde receberam a orientação de que a Presidente da APEMBS deveria formalizar denúncia junto ao Ministério Público. Na sequência, destacou que a Comissão de Políticas de Saúde realizou visita à entidade e constatou, à época, sua idoneidade e a relevância do trabalho desenvolvido, afirmando que, caso houvesse irregularidades, a Comissão não teria aprovado a destinação da emenda parlamentar. Ressaltou a importância dos serviços prestados pela APEMBS, que contribui para o atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município. Manifestou, ainda, seu descontentamento com a alegação do vereador de que a entidade estaria com a documentação irregular, afirmando que, conforme verificado pela Comissão, a documentação estava regular. Reforçou que o encaminhamento indicado pelo Tribunal de Contas seria a apresentação de denúncia ao Ministério Público. Por fim, informou que conversaria com a Presidente da APEMBS

para sugerir que a entidade solicite à Secretaria Municipal de Saúde a celebração de convênio de subvenção com o município. Com a palavra, o Sr. Cícero agradeceu pelos esclarecimentos prestados. Encerradas as manifestações, o Sr. André Luiz passou a palavra à Sra. Paula Covas, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde, para que apresentasse suas considerações e prestasse os devidos esclarecimentos aos presentes. Antes de sua manifestação, o Sr. Silas solicitou que não houvesse réplicas ou tréplicas, a fim de permitir que a Sra. Paula Covas se pronunciasse. Com a palavra, a Sra. Paula Covas cumprimentou todos os presentes na Plenária. Inicialmente, abordou a questão da emenda parlamentar destinada à APEMBS, informando que o vereador responsável pela suspensão do recurso o redirecionou para outras instituições de saúde. Esclareceu que a Secretaria Municipal de Saúde não poderia interferir nessa decisão, uma vez que cabe ao vereador indicar a instituição beneficiária da verba parlamentar. Concordou com a recomendação do Sr. Silas quanto a APEMBS solicitar à Secretaria Municipal de Saúde a celebração de convênio de subvenção com o Município de Santos, a fim de que a entidade não dependa exclusivamente de recursos provenientes de emendas parlamentares. Em resposta ao Sr. Jeová, manifestou satisfação pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Seção de Capacitação de Órgãos e Tecidos (SECAPT). Em resposta à Sra. Dalva, quanto às demandas da Policlínica do Campo Grande, informou que a unidade deverá receber um técnico de enfermagem, por meio de concurso público já realizado, com previsão de ingresso em aproximadamente 30 dias, conforme os trâmites do setor de Recursos Humanos. Quanto à solicitação de um oficial administrativo para a recepção, esclareceu que o concurso público foi aberto recentemente e que o edital ainda se encontra em andamento, sendo necessário aguardar a conclusão dos procedimentos. Enquanto isso, o Departamento de Atenção Primária à Saúde verificará as possibilidades de minimizar os impactos decorrentes da falta desse profissional até que ocorra sua nomeação. Em relação aos bebedouros da unidade, explicou que o problema está relacionado à baixa pressão da água e que a Seção de Zeladoria (SEZEL) está buscando regularizar a situação em conjunto com a Subprefeitura, considerando a necessidade de mão de obra. Ressaltou que o problema deverá ser solucionado o mais breve possível. Em resposta ao Sr. Jeffer, afirmou ter apreciado sua proposta e o convidou a entrar em contato com o Coordenador de Saúde Bucal, presente na Plenária, para tratar do assunto. Informou, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde vem adotando medidas para reduzir, ao longo dos anos, o uso de amálgamas dentárias contendo mercúrio. Em resposta à Sra. Ingrid, informou que, conforme previsto no Plano de Governo, há previsão de implantação de uma segunda unidade do CREN até 2028. Enquanto isso, a Secretaria Municipal de Saúde buscará alternativas para ampliar o atendimento e enfrentar a fila de espera. Comunicou, também, que está prevista para novembro uma capacitação destinada aos profissionais da rede municipal de saúde, com o objetivo de prepará-los para o atendimento na rede. Na sequência, ao abordar as demandas relacionadas à saúde mental, informou que o CAPS da Zona Noroeste deverá receber duas psicólogas em outubro, manifestando a expectativa de que a chegada dessas profissionais contribua para a melhoria dos atendimentos na unidade. Ressaltou que o CAPS da Zona Noroeste constitui prioridade atual da Secretaria Municipal de Saúde. Informou, ainda, que a

unidade passou por vistorias realizadas pelas equipes de vigilância sanitária estadual e municipal, e que a Secretaria está acompanhando a situação de forma mais próxima, visando à prestação de um serviço de qualidade à população. Acrescentou que já dispõe do relatório da vistoria, os quais apontam a necessidade de adequações e correções que serão realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Paula Covas informou que encaminharia ao Secretário Municipal de Saúde todas as demandas apresentadas durante a Plenária. Em resposta ao Sr. Cícero, quanto à falta de materiais para curativos nas unidades de saúde, esclareceu que o desabastecimento ocorreu em razão de problemas nos processos licitatórios. Informou que os materiais já haviam sido reabastecidos, permanecendo pendente apenas o fornecimento de um item específico. Ressaltou que a equipe está empenhada em evitar a descontinuidade no fornecimento de materiais às unidades de saúde. Por fim, em resposta ao Sr. Cleomildo, afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde está buscando soluções e estratégias para aprimorar o atendimento à população da Área Continental de Santos, considerando as particularidades e as distâncias territoriais da região. Enfatizou a importância da construção conjunta de alternativas e convidou o Sr. Cleomildo a contribuir com sua experiência e conhecimento da região para a busca de soluções que atendam às necessidades da população local. Encerrada a apresentação da Sra. Paula Covas, o Sr. Silas da Silva agradeceu, mais uma vez, a presença de todos, destacando também a presença do ex-conselheiro Sr. Solano, a quem reconheceu pela atuação e relevante trabalho desenvolvido junto ao Conselho. Informou, ainda, que os nomes da Sra. Ana Carolina Silva Fonseca e do Sr. Alessandro Guedes Vicente foram publicados no Diário Oficial do Município de 28 de setembro de 2026, como conselheiros locais de saúde. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Plenária às 21 horas. Eu, Sandra Regina Cordeiro de Lima, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santos, Sr. Silas da Silva.

Silas da Silva
Vice-Presidente do CMSS

Sandra Regina Cordeiro de Lima
Secretariou os trabalhos

ANEXO I

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS
"Santos Unida pela Saúde"
Criado pela Lei Municipal nº. 752, de 08 de julho de 1991.
Alterada pela Lei nº. 3.890, de 10 de setembro de 2021.
Município em Gestão Plena do SUS.

De: Comissão de Políticas de Saúde

À DIRETORIA EXECUTIVA DO CMSS

Após análise do processo, a Comissão de Políticas de Saúde constatou que o objeto da Emenda Parlamentar nº 154/2026 visa à continuidade das atividades desenvolvidas pelo Instituto Faconti, destinadas à execução do Projeto "Litoral Grappling - Saúde".

Conforme consta nos autos, o projeto tem como objeto a oferta de atendimentos gratuitos de fisioterapia para atletas da modalidade Grappling, podendo beneficiar até 128 atletas, de ambos os sexos, com faixa etária entre 14 e 59 anos, residentes no Município de Santos, durante o período de quatro meses, em três dias da semana, com duração de 60 minutos por atendimento.

Em 17 de setembro de 2026, foi realizada visita técnica na sede do Instituto Faconti, situada na Av. Bartholomeu de Gusmão, nº 19 Apto 46, Boqueirão, Santos/SP. No local, constatou-se tratar de um prédio residencial. Na portaria, foi informado que o Sr. Raul Faconti, Presidente do Instituto, encontrava-se viajando. Na sequência, foi realizada visita técnica ao endereço situado na Av. Siqueira Campos, nº 800 – Sobreloja B, endereço indicado nos autos como local destinado à realização dos atendimentos de fisioterapia. No local, constatou-se tratar de uma academia, sendo informado pelas pessoas presentes que não são realizados atendimentos de fisioterapia naquele estabelecimento e não possui profissional de saúde.

Verificou-se, ainda, que a atividade econômica principal do Instituto Faconti tem registro sob o código **CNAE 94.99-5-00 – Atividades associativas não especificadas anteriormente**, classificação que, por si só, não caracteriza a entidade como prestadora de serviços ou executora de ações específicas do setor de saúde.

Nesse sentido, a **Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, em seu **Capítulo II – *Das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde***, estabelece os critérios para que determinada despesa possa ser considerada como ação e serviço público de saúde.

Em especial, dispõe o artigo 2º:

Art. 2º Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar, **considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios instituídos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:**

I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;

176

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS
"Santos Unida pela Saúde"
Criado pela Lei Municipal nº. 752, de 08 de julho de 1991.
Alterada pela Lei nº. 3.890, de 10 de setembro de 2021.
Município em Gestão Plena do SUS.

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e

III - sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.

Dessa forma, considerando que os requisitos estabelecidos no artigo 2º da Lei Complementar nº 141/2012 devem ser atendidas **simultaneamente**, bem como à análise da documentação constante dos autos, as constatações da visita técnica realizada em 17 de setembro de 2026 e a natureza da atividade econômica principal da entidade, a Comissão entende que não restou demonstrado o atendimento integral aos requisitos legais necessários para que o objeto proposto seja executado com recursos destinados às ações e aos serviços públicos de saúde.

Ressalta-se, ainda, que as constatações realizadas durante a visita técnica suscitam dúvidas quanto à efetiva existência e disponibilidade dos locais indicados nos autos para a realização dos atendimentos de fisioterapia previstos no projeto.

Diante do exposto, a Comissão de Políticas de Saúde emite **PARECER NÃO FAVORÁVEL** ao **Processo nº 034909/2026-56**, referente à Emenda Parlamentar nº 154/2026.

Santos, 17 de setembro de 2026.

André Luiz de França Souza
Comissão de Políticas de Saúde do CMSS

Carlos Alfredo Ferreira
Comissão de Políticas de Saúde do CMSS

Raimundo Carvalho da Silva
Comissão de Políticas de Saúde do CMSS

Silas da Silva
Comissão de Políticas de Saúde do CMSS

Sandra Regina Cordeiro de Lima
Conselheira convidada

Avenida Conselheiro Nébias, 267 – Vila Mathias – Santos/SP – CEP: 11015-003
Telefone: (13) 3222-4982 – E-mail: conselhodesaudedesantos@yahoo.com.br